

BOLETIM DE CONJUNTURA

DIEESE

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Número 16 - Outubro de 2018



O BRASIL PARADO NA ENCRUZILHADA

Para onde ir?

Como ocorre desde o início de 2018, o ritmo de atividade econômica no Brasil continua fraco no terceiro trimestre do ano. Como resultado desse mau desempenho da atividade, o mercado de trabalho também se apresenta desfavorável para os trabalhadores e as trabalhadoras. Esse persistente comportamento negativo da economia contrasta com as expectativas otimistas que muitos analistas tinham no final de 2017, com previsão de crescimento de 2,5% ou até de 3,0% para 2018.

As expectativas captadas pelo Banco Central para o desempenho do PIB em 2018 se deterioraram ao longo do ano, caindo de 2,69%, em 2 de janeiro de 2018, para 1,36%, em 14 de setembro de 2018¹. Desde o início do ano, os Boletins de Conjuntura do DIEESE já chamavam a atenção para a fragilidade da retomada econômica. O primeiro número do ano, de fevereiro, já alertava:

Entretanto, há poucos motivos para se pensar em uma vigorosa ou mesmo moderada retomada do crescimento econômico. Todas as incertezas estruturais existentes em 2017 seguirão presentes em 2018, e não há no cenário interno ou externo elementos para uma aposta sólida em alguma mudança que altere para melhor as expectativas.

Tentar identificar as razões para esse quadro de quase estagnação geral da economia pode ajudar a construir cenários possíveis para 2019 e, dessa maneira, contribuir para o posicionamento dos trabalhadores e das trabalhadoras. Uma vez que a difundida e intensa incerteza constitui uma das características mais marcantes do período corrente no país, neste momento agravada pela indefinição eleitoral, o esforço de construir cenários futuros, mesmo que condicionados, representa um exercício ousado, ainda que muito importante.

¹ Dados referentes à mediana das estimativas.

DADOS RECENTES DA ECONOMIA E OUTROS DO MERCADO DE TRABALHO EM ESPECÍFICO

Em 31 de agosto passado, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou a estimativa do PIB (Produto Interno Bruto) do segundo trimestre de 2018. O dado do PIB do Brasil pode ser visto como um indicador sintético do desempenho econômico do país e os números confirmam o fraco desempenho da atividade econômica (Tabela 1). A greve dos caminhoneiros, em maio, trouxe impactos sobre o desempenho da economia naquele mês, parcialmente compensados no mês seguinte. Mesmo assim, é possível supor que a greve tenha tido efeito redutor sobre o PIB do segundo trimestre de 2018.

O PIB cresceu apenas 0,2% no segundo trimestre de 2018, quando comparado com o primeiro trimestre do ano; e 1%, na comparação com o segundo trimestre de 2017.

Na perspectiva de mais longo prazo, ou seja, na comparação dos quatro trimestres até 30 de junho de 2018 com os quatro trimestres até 30 de junho de 2017, o PIB aumentou 1,4%, mesmo percentual de crescimento da indústria e dos serviços. O investimento (Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF) se expandiu em 2,6% e o consumo das famílias, em 2,3%, mas o consumo do governo teve retração de 0,4%. A taxa de investimento no trimestre alcançou tão somente 16%, o que, além de conter a expansão do PIB, indica que tem se investido pouco na elevação da capacidade produtiva do país, impondo dificuldades para o crescimento da economia em mais longo prazo.

TABELA 1
Dados do PIB do 2º trimestre de 2018

Período de comparação	Indicadores						
	PIB	AGROP	INDUS	SERV	FBCF	CONS. FAM	CONS. GOV
Trimestre / trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)	0,2	0	-0,6	0,3	-1,8	0,1	0,5
Trimestre / mesmo trimestre do ano anterior (sem ajuste sazonal)	1	-0,4	1,2	1,2	3,7	1,7	0,1
Acumulado em quatro trimestres / mesmo período do ano anterior (sem ajuste sazonal)	1,4	2	1,4	1,4	2,6	2,3	-0,4
Valores correntes no trimestre (R\$ bilhões)	1693,3	89,6	308,1	1052,7	271,4	1063,4	333
Taxa de investimento (FBCF/PIB) 2º tri 2018 = 16,0%							
Taxa de poupança (POUP/PIB) 2º tri 2018 = 16,4%							

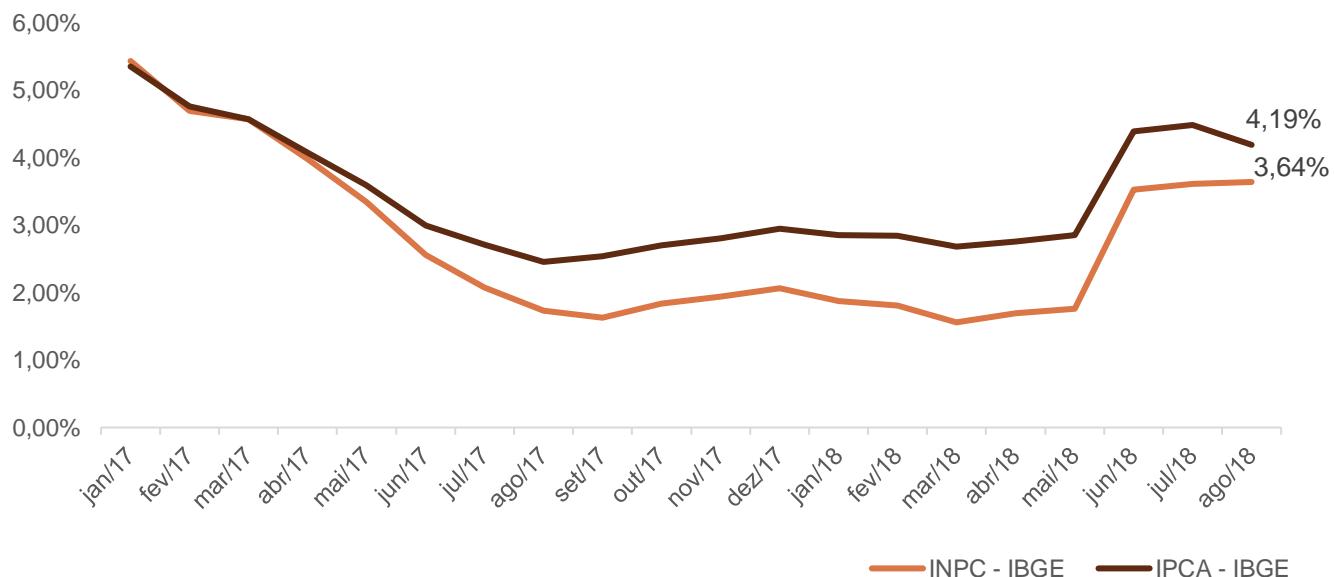
Fonte: IBGE. (Texto de divulgação do PIB do 2º Trimestre de 2018, em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22403-pib-varia-0-2-no-2-trimestre-de-2018>)

Os dados mais recentes do IBGE por setor de atividade, referentes a julho de 2018, também mostram atividade econômica em ritmo lento, ainda que com segmentos e subsetores mais aquecidos. Com base no acumulado de 2018, a produção industrial cresceu 2,5%; a receita nominal dos serviços se expandiu em 1,7%; e o volume de vendas no comércio se elevou em 2,3% (no varejo restrito); e 5,4% (no varejo ampliado, que inclui comércio de automóveis e peças e material de construção). Na comparação de julho de 2018 com o mês anterior, praticamente todos esses dados ficam no negativo, o que sugere fragilidade da atividade econômica.



A inflação mensal deu um salto em junho, em decorrência da greve dos caminhoneiros, com impacto expressivo sobre os preços. Desde junho, no entanto, as taxas mensais voltaram ao padrão anterior à greve. Em consequência, a inflação acumulada em 12 meses, segundo o índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), do IBGE, caiu, enquanto pelo INPC-IBGE, estabilizou (Gráfico 1).

GRÁFICO 1
Variação da inflação acumulada em 12 meses
INPC-IBGE e IPCA-IBGE - jan/17 a ago/18



Fonte: IBGE
Elaboração: DIEESE

Por outro lado, o encarecimento do dólar, desde o início de 2018, pressiona os preços de produtos importados (como eletrônicos) ou vinculados às cotações internacionais (combustíveis, por exemplo). Essa elevação tem sido mais captada pelos índices de inflação no atacado, conforme constata-se no IGP (Índice Geral de Preços) e no IGP-M (Índice Geral de Preços do

Mercado), da Fundação Getúlio Vargas. O IGP-M acumulou alta de 10,04% em 12 meses até setembro último, enquanto o IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) variou 9,06% em 12 meses até agosto de 2018 (último dado divulgado). Parte da alta de preços no atacado deverá ser transferida aos preços dos produtos consumidos pelas famílias. Ainda não está claro, porém, quanto da alta no atacado chegará aos índices de preços ao consumidor, uma vez que o ritmo lento de atividade econômica tende a arrefecer um pouco essa transmissão.



No que diz respeito ao mercado de trabalho, apesar de leves flutuações, pode-se afirmar que o desemprego está estabilizado em patamar elevado. No caso do Brasil, segundo os dados da Pnad Contínua do IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), a taxa de desocupação atingiu 12,1% no trimestre encerrado em agosto de 2018, contra uma taxa de 12,6% no mesmo trimestre de 2017. O IBGE ainda calcula uma “taxa de subutilização da força de trabalho”², que foi de 24,4%, mas um ano antes estava em 24,0%. O número de pessoas “desalentadas”, que desistiram de procurar trabalho, em particular, cresceu muito em um ano, 13,2%, indicando aumento expressivo de pessoas que acreditam que não conseguirão ocupação na economia. No período de 12 meses, a ocupação ficou estabilizada no mesmo patamar e o que causou a queda da taxa de desemprego foi a saída de pessoas da força de trabalho. A ocupação também piorou em termos de qualidade: diminuiu o número de assalariados do setor privado com carteira assinada (em 444 mil) e aumentou o número de sem carteira no setor privado (em 435 mil) e de trabalhadores autônomos (em 437 mil).

Segundo a PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), especificamente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), a taxa de desemprego em agosto de 2018 atingiu 17,4%, enquanto em agosto de 2017 estava em 17,9%. No Distrito Federal (DF), em agosto de 2018, a taxa de desemprego foi de 18,1% (contra 18,7% em agosto de 2017). Na Região Metropolitana de Salvador (RMS), a taxa de desemprego aumentou de 24,1% (em agosto de 2017) para 25,4% (em agosto de 2018). No DF e na Região Metropolitana de Salvador, as ocupações menos protegidas ganharam espaço, com o aumento dos contingentes de assalariados sem carteira e de trabalhadores autônomos, aliado à queda ou à estagnação do número de assalariados com

² A taxa de subutilização da força de trabalho considera, além das pessoas desempregadas, aquelas que trabalham menos horas do que gostariam e podem e aquelas que procuravam trabalho antes, mas desistiram nos últimos 30 dias, ou que procuraram trabalho nos 30 dias, mas não podiam assumir a ocupação (por motivos de estudos e ou de responsabilidades por cuidados domésticos ou familiares).

carteira. Na Grande São Paulo, ao contrário, a qualidade da ocupação melhorou: cresceu o número de assalariados com carteira, ficou estável o de sem carteira e diminuiu o de autônomos. Essa última notícia não deixa de trazer algum alento.

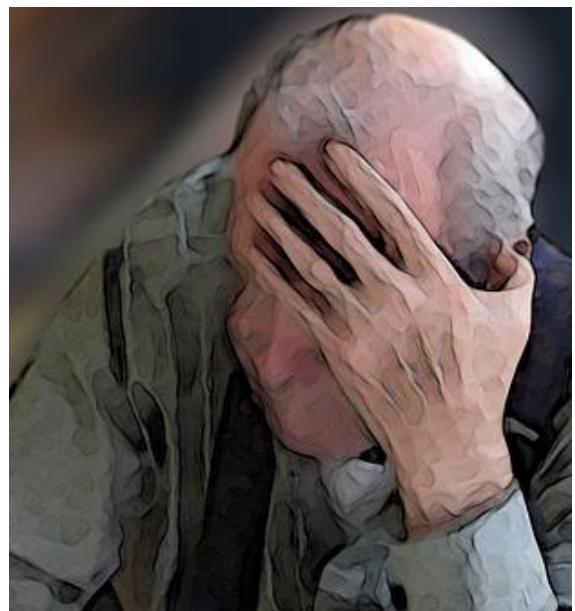
POR QUE A ECONOMIA NÃO REAGE? A RESPOSTA SEGUNDO DUAS LINHAS INTERPRETATIVAS

O ideário da política econômica dos governantes que assumiram o poder depois do impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff fundamenta-se na crença de que o crescimento econômico é papel essencialmente da iniciativa privada, em particular dos investimentos, os quais, por sua vez, dependem do custo de produção e da confiança dos empresários na solidez das finanças públicas, nas garantias legais e contratuais, na estabilidade da moeda e, no mínimo, na manutenção da tributação, senão em sua redução.

Esse ideário se desdobrou nas medidas concretas adotadas pelo governo: privatização de empresas públicas ou de partes delas; desmonte dos direitos trabalhistas e sindicais; liberação da terceirização irrestrita, inclusive no setor público; imposição de congelamento real do valor investido nas políticas públicas por 20 anos; redução dos fundos do BNDES e aumento do custo dos empréstimos; revisão do modelo de exploração do petróleo do pré-sal, com liberação para empresas privadas e redução dos requisitos de conteúdo nacional; vinculação dos preços dos produtos da Petrobras às cotações internacionais³; entre outras ações. Ademais, seguindo esse modelo, o governo federal tentou forçar ou induzir os estados a aplicarem medidas semelhantes.

No programa do governo que assumiu o poder, a Reforma da Previdência era ponto central. No entanto, essa reforma não foi aprovada, pelo menos até o momento. Da mesma forma, não se concretizaram outras medidas importantes para o governo, como avançar ainda mais na privatização de bancos públicos, dos Correios, da Eletrobras e de refinarias da Petrobras.

Apesar de o governo ter conseguido implantar muitos pontos da agenda de abertura e garantias à iniciativa privada, a economia não retomou ritmo. Em particular, os investimentos privados não reagiram. E, para alguns analistas que compartilham desse ideário, isso foi tão mais surpreendente



³ Observe-se que essa vinculação sujeita o preço da gasolina, do diesel, do gás, da nafta não só à especulação internacional com o preço do barril do petróleo, mas também com a especulação cambial. Ou seja, essa política amarra, ao mesmo tempo, preços-chave da economia brasileira a dois mercados especulativos.

porque outras pré-condições da retomada estavam dadas: a inflação estava baixa e sob controle e a taxa de juros básica (a Selic, do Banco Central) nos menores patamares históricos, além de o custo da força de trabalho ter sido barateado com a Reforma Trabalhista. Do ponto de vista político, o governo contava com técnicos bem reconhecidos pelo chamado “mercado”, a ponto de serem denominados de *Dream Team* (Time dos Sonhos), além de possuir amplo apoio no Congresso Nacional. Mesmo assim, não houve reação da economia, o que surpreendeu muitos analistas que apostavam no crescimento econômico acelerado.

Depois que a economia desmentiu os prognósticos de aceleração da atividade, esses analistas passaram a tentar identificar os motivos da frustração. Seguindo o raciocínio de “não foi feito o suficiente”, apontou-se a não aprovação da Reforma da Previdência como grande obstáculo à retomada econômica. Em função do envelhecimento populacional (isto é, elevação da proporção de idosos na população) e do piso previdenciário fixado em um salário mínimo, entre outras regras, prevê-se grande expansão das despesas com a previdência pública. Por isso, na visão desses analistas, a evolução prevista das despesas previdenciárias e do (indevidamente) chamado “déficit da Previdência” ameaça a solvência financeira de longo prazo do Estado. Um indicador importante para esses atores é “dívida pública / PIB”, que tenderia a crescer acentuadamente com a manutenção das regras atuais da Previdência (e da forma de financiamento). Assim, na perspectiva desses analistas, diante da não aprovação da Reforma da Previdência, os empresários não confiam no equilíbrio financeiro do Estado e temem que seus rendimentos ou propriedades venham a ser tributados. Em outras palavras, não se criou a confiança necessária para que os empresários voltassem a investir.



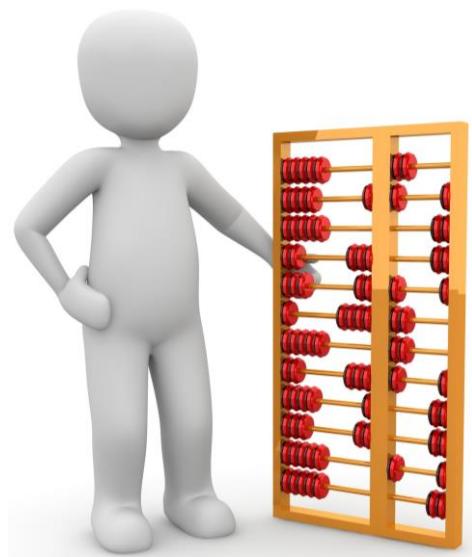
O segundo argumento aponta para a fragilidade política do governo - que impediu a aprovação da Reforma da Previdência e induziu a liberação de recursos para busca de apoio. Nesse sentido, essa situação vulnerável teria dificultado o trabalho da equipe econômica. Para alguns analistas, ainda, o governo teria gasto capital político para aprovar a “PEC da Morte” (ou “PEC do Teto dos Gastos”), que se tornou a Emenda Constitucional 95 (EC 95), perdendo força para a discussão da Previdência. Para outros analistas, por outro lado, a estratégia do governo foi correta. A aprovação da EC 95 teria sido um meio para evidenciar as limitações fiscais do país e, em consequência, aprovar medidas necessárias, entre elas, a Reforma da Previdência.

Outros argumentos dessa linha interpretativa criticam a demora do Banco Central em reduzir os juros, o que atrasou e, depois, abortou a retomada mais forte, que, por fim, foi enterrada com a greve dos caminhoneiros, devido aos impactos sobre a produção, os preços e as expectativas empresariais. A greve terminou depois de um acordo sobre subsídio volumoso do governo ao preço do diesel até o fim de 2018 e

estabelecimento de uma tabela de preços de frete. As duas medidas contrariam o ideário liberal promovido pelo governo e, no argumento dos analistas, pioraram a confiança dos empresários na retomada econômica.

A segunda grande corrente de interpretação destaca que o Brasil está preso na armadilha de um baixo crescimento. Segundo essa perspectiva, não há hoje uma força que impulsione a atividade econômica e retire o país da crise. Considerando os componentes do PIB sob a ótica da demanda (ou seja, gastos das famílias, investimentos, gastos do governo e balança comercial), constata-se que não há fonte de dinamização da demanda, cujo impulso se espalhe pela economia e estimule a produção.

A brutal recessão no biênio 2015 e 2016, depois da estagnação em 2014, pegou as famílias e as empresas no contrapé. Tanto consumidores quanto empresas estavam muito endividados e, num processo que ainda está em curso, tiveram que reorganizar as finanças para voltar a consumir e a investir. As empresas, além de não anteverem crescimento substancial da demanda no futuro imediato, se defrontam com grande capacidade ociosa, o que retarda a retomada dos investimentos. As famílias encaram uma situação de desemprego e de alta incerteza no mercado de trabalho e evitam ampliar o consumo⁴. Se é verdade que a taxa de juros básica (Selic) foi sendo reduzida e está baixa para padrões brasileiros, as taxas de juros do crédito ao consumidor e de investimentos caíram bem menos e permanecem elevadas. A elevação dos *spreads* bancários⁵, mesmo com a queda da Selic, reflete a concentração bancária no país e a equalização da forma de atuação dos bancos públicos à dos bancos privados. Reflexo dessa deliberação de fazer com que os bancos públicos funcionem como se fossem privados foi a mudança na fórmula de determinação da taxa de juros dos empréstimos do BNDES, que encareceu o custo dos empréstimos do banco, que era a maior fonte de recursos para investimentos. Adicionalmente, os investimentos públicos como um todo (ou seja, das três esferas de governo e de suas estatais) caíram abruptamente a partir de 2015⁶.



Essa corrente analítica também destaca os impactos negativos das investigações e dos processos de corrupção sobre a economia. Ao atingir, em particular, as grandes empresas de construção do país e a Petrobras, esses processos paralisaram setores econômicos importantes e fragilizaram empresas que eram responsáveis por grandes investimentos no Brasil, tanto no setor de construção quanto no de exploração de petróleo, atingindo também o setor naval, o metal-mecânico, o químico e outros. Também os processos

⁴ O já constatado aumento das formas inseguras de ocupações no mercado de trabalho contribui para a contenção do consumo, uma vez que a renda, além de flutuante, tende a ser menor e a atividade remunerada, inconstante, o que, além disso, prejudica o acesso ao crediário. Faz-se necessário acompanhar os efeitos da Reforma Trabalhista no mercado de trabalho, inclusive quanto a seus impactos no consumo.

⁵ Spread é, basicamente, a diferença entre o custo de captação de recursos pelos bancos e os juros cobrados em seus empréstimos.

⁶ <http://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/posts/evolucao-dos-investimentos-publicos-1947-2017>

contra empresas frigoríficas enfraqueceram empresas importantes e desarticularam cadeias produtivas. As demissões nesses setores aprofundaram os efeitos econômicos negativos.

Por fim, a análise do agregado “gastos do governo” revela que, por motivos legais e institucionais e por conta da recessão econômica, os entes federativos têm controlado os gastos. Já a balança comercial, ainda que seja a fonte de demanda mais positiva, é incapaz de dar impulso significativo à economia, em função do baixo peso de importações e exportações no PIB brasileiro.

Os analistas dessa corrente ressaltam que, em situação de crise econômica persistente, buscar equilíbrio das contas públicas é “enxugar gelo”. O corte de gastos e investimentos públicos tende a reduzir a atividade econômica, o que, por sua vez, reduz a arrecadação e sustenta o déficit. Nessa perspectiva analítica, portanto, a economia brasileira só sairia da crise de baixo crescimento em que se encontra por meio de uma medida externa que estimulasse a dinamização da atividade econômica.



As duas correntes interpretativas compartilham a visão de que o cenário internacional tornou-se mais desafiador para a economia brasileira. Por um lado, a perspectiva de alta prolongada das taxas de juros dos EUA, tende a elevar a instabilidade cambial, a saída de capitais do Brasil e a cotação do dólar, colocando pressão na inflação interna. As acirradas disputas comerciais entre os EUA e outros países também trazem potencial de perturbação às exportações brasileiras. As recentes turbulências financeiras e econômicas em outros “países emergentes”, como Turquia e Argentina, também funcionam como fator adicional de risco para a economia brasileira e podem atingi-la pela via do comércio internacional ou pela via financeira..

E O PRÓXIMO ANO? COMO SERÁ?

O cenário, hoje, é de grande incerteza, tanto na dimensão mais estritamente econômica, quanto na política, com a indefinição da eleição para a presidência e para o Congresso. Essa ampla incerteza dificulta a tentativa de entrever o futuro e construir cenários. A economista Marcelle Chauvet, professora da Universidade da Califórnia e uma das integrantes do Comitê de Datação dos Ciclos Econômicos da FGV, constata a total indefinição:

Para 2019, ela vê um cenário em aberto para a economia brasileira, não sendo possível descartar uma recessão nem um crescimento mais forte da atividade, a depender do resultado das eleições e das políticas que venham a ser adotadas pelo próximo presidente. “Tudo pode ocorrer”, afirma Marcelle [...] ⁷

⁷ <https://www.valor.com.br/brasil/5855437/retomada-e-lenta-e-fragil-mas-risco-de-recessao-hoje-e-baixo>

Ainda assim, pode-se construir dois cenários futuros básicos, hipotéticos, referenciados nas duas linhas analíticas antes apontadas. Deve-se lembrar que a construção de cenários envolve uma aposta em configurações possíveis, com base em condicionantes econômicas e políticas vigentes na situação atual, a qual resulta de forças mais estruturais e fenômenos mais conjunturais. Cenários, portanto, não são projeções do que se julga desejável ou necessário.

Na perspectiva da primeira corrente de análise, pode-se prever a aposta no aprofundamento das “reformas” e diretrizes que vieram sendo implementadas até aqui. Em particular, uma Reforma da Previdência agressiva tramitará no Congresso e o governo e suas forças de apoio (no Congresso e fora dele, como a grande imprensa e o setor financeiro) empreenderão grande esforço para aprovar as mudanças. As privatizações tenderiam a avançar, com aumento da desnacionalização da economia e de redução dos serviços públicos gratuitos, inclusive de saúde e educação. O aumento dos investimentos será buscado com o lançamento de programas de concessões, em particular nas áreas de infraestrutura e de exploração do petróleo. Depois da Reforma da Previdência aprovada e com medidas “amigáveis ao mercado” (como o cadastro positivo e regulamentação das fintechs, por exemplo), pode ser obtida a redução das taxas de juros aos consumidores que sejam bons pagadores. Mesmo no quadro de disputas comerciais internacionais e de alta gradual da taxa de juros dos EUA, ocorreria maior integração da economia brasileira à economia mundial e ao mercado financeiro internacional, ainda que de modo passivo e subordinado. Restrições a investimentos (internacionais ou não) poderiam ser anuladas ou rebaixadas, trazendo a valorização de alguns ativos de propriedade de nacionais; isso poderia ocorrer no que diz respeito às explorações minerais e à propriedade de terras, por exemplo. Nesse contexto, o desemprego tenderia a se reduzir muito gradativamente, ainda que a ocupação continuasse perdendo qualidade, com o aumento do peso das formas inseguras e daquelas introduzidas pela Reforma Trabalhista. Nesse cenário, o salário mínimo passa ou a ser fixado a cada ano de forma discricionária (isto é, sem regra pré-estabelecida) ou a contar unicamente com a manutenção do valor real do seu poder de compra. Também é possível que seja proposta a desvinculação constitucional do salário mínimo dos benefícios da Previdência e da Assistência.

Elaborar o cenário baseado na segunda corrente de análise envolve maiores desafios e risco de erro. O cenário anterior deriva da continuidade e intensificação da política econômica recentemente aplicada no Brasil, enquanto o segundo cenário implica uma mudança de rumos, mudança que dependerá crucialmente de negociações entre os atores sociais, no quadro da correlação de forças que resultará das eleições para a presidência e para o Congresso Nacional e da dinâmica das relações políticas na sociedade. Especificamente, o enfrentamento da questão fiscal e tributária, da questão trabalhista e previdenciária vai depender mais fortemente do

resultado das urnas (quanto à votação e à composição do Congresso), assim como da organização e atuação dos grupos de interesse da sociedade.

Com base na segunda ótica, pode-se prever uma combinação de tentativa de rever ou amainar a EC 95, de aprovar uma Reforma da Previdência menos drástica e de promover uma redistribuição da carga tributária, que desonere as famílias mais pobres e libere recursos delas para o consumo e onere renda e ativos dos mais ricos. Com uma regra menos rígida para a contenção das despesas públicas e com alguma elevação da arrecadação, haveria um aumento do investimento do setor público e políticas de combate ao desemprego. Investimentos em infraestrutura ocorreriam por meio de concessões e/ou parcerias público-privadas. O Estado recuperaria seu papel de buscar orientar o desenvolvimento, possivelmente com reforço do BNDES em projetos de desenvolvimento e da Petrobras na exploração do petróleo do pré-sal. A Reforma Trabalhista seria revista nos itens mais lesivos à classe trabalhadora e seria lançada uma iniciativa para promover a reinstituição de garantias laborais e sindicais por meio de discussões dos atores interessados. O mercado de trabalho reagiria um pouco mais rápido do que no cenário anterior. Uma nova política do salário mínimo, com aumentos reais menos expressivos do que os atuais, seria proposta ao Congresso Nacional. Uma questão política chave nesse cenário refere-se ao enfrentamento da questão fiscal e, em consequência, ao papel do Estado na economia.

Observe-se que, tanto no primeiro cenário quanto no segundo, a variável política é chave. Em função da estrutura de poder e da correlação de forças na sociedade brasileira atualmente, não se preveem medidas mais radicais no segundo cenário, tais como, por exemplo, anulação da EC 95 e da Reforma Trabalhista, a não proposição de qualquer reforma da Previdência e a renovação da mesma política de salário mínimo. Assim, mesmo no segundo cenário, o processo de reconquista de direitos, de ampliação da inclusão social e de redução das desigualdades será longo e alvo de intensa disputa.

Em junho de 2018, sete Centrais Sindicais apresentaram, à sociedade e aos candidatos nas eleições de 2018, a Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora, com a proposição de 22 medidas emergenciais para superação da crise econômica e enfrentamento das desigualdades no país⁸. Entre as diversas ações, a Agenda propõe:

- desenvolver ações para enfrentar o desemprego e o subemprego e fortalecer políticas de emprego;
- rever medidas legais que suprimiram direitos (EC 95, Reforma Trabalhista, liberação da terceirização);
- estabelecer a duração do trabalho em 40 horas semanais;

⁸ http://www.diap.org.br/images/stories/agenda_prioritaria_classe_trabalhadora_2018.pdf

- garantir os direitos de greve e de negociação nos setores público e privado;
- renovar a política de valorização do salário mínimo;
- efetivar a educação e a saúde públicas universais e de qualidade;
- garantir a sustentabilidade e a universalização da Seguridade e Previdência Social;
- promover o desenvolvimento do país (com ações voltadas para o campo, as cidades, cadeias produtivas, inovações, empresas públicas e pequenas empresas);
- ampliar as políticas de combate à pobreza e às diversas formas de desigualdade, inclusive as que atingem mais especificamente mulheres, negros, LGBTQI; e
- realizar reforma tributária que vise cobrar relativamente mais dos que dispõem de mais capacidade contributiva.

Essa pauta do movimento sindical brasileiro constitui uma referência concreta de ações e medidas voltadas para superar a crise econômica e promover o desenvolvimento. Na perspectiva da classe trabalhadora, criar empregos de qualidade e promover a equidade, a inclusão e os direitos sociais são meios e fins de uma política econômica que vise o fim da crise e o verdadeiro desenvolvimento com justiça social.

Fechado em 04/10/2018

DIEESE

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Escritório Nacional
Rua Aurora, 957, Centro, São Paulo, SP
CEP 01209-001
Tel.: 11 3874-5366 – 11 3821-2199
www.dieese.org.br

Presidente: Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Vice-presidente: Raquel Kacelnikas

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Secretário Nacional: Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Antonio Francisco Da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: Carlos Donizeti França de Oliveira

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretora Executiva: Cibele Granito Santana

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretor Executivo: Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretor Executivo: Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo: Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora de pesquisas e tecnologia: Patrícia Pelatieri

Coordenador de educação e comunicação: Fausto Augusto Junior

Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas

Equipe Responsável

Adhemar Mineiro

Airton Santos

Clóvis Scherer

Frederico Melo

Jose Álvaro Cardoso

Paulo Jäger

Thomaz Ferreira Jensen